

Adensamento econômico e populacional

Um olhar regional
em Santa Catarina

Adensamento econômico e populacional

Um olhar regional em Santa Catarina

O estudo “**adensamento econômico e populacional: um olhar regional em Santa Catarina**” analisa duas décadas de desenvolvimento econômico e populacional sob a perspectiva das associações municipais em SC. O conteúdo foi desenvolvido pela Diretoria de Políticas Públicas da Secretaria de Estado do Planejamento (Seplan-SC).

Este material tem como principal objetivo apresentar as tendências de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e os padrões de deslocamentos populacionais, que demonstram uma concentração crescente na faixa litorânea do Estado. Com ele, buscamos oferecer uma ferramenta estratégica para subsidiar a formulação de políticas públicas alinhadas às dinâmicas socioeconômicas regionais.

Expediente – Junho/2025

Coordenação

Paulo Zoldan

Renato Souza Tristão

Conteúdo

Paulo Zoldan

Mapas

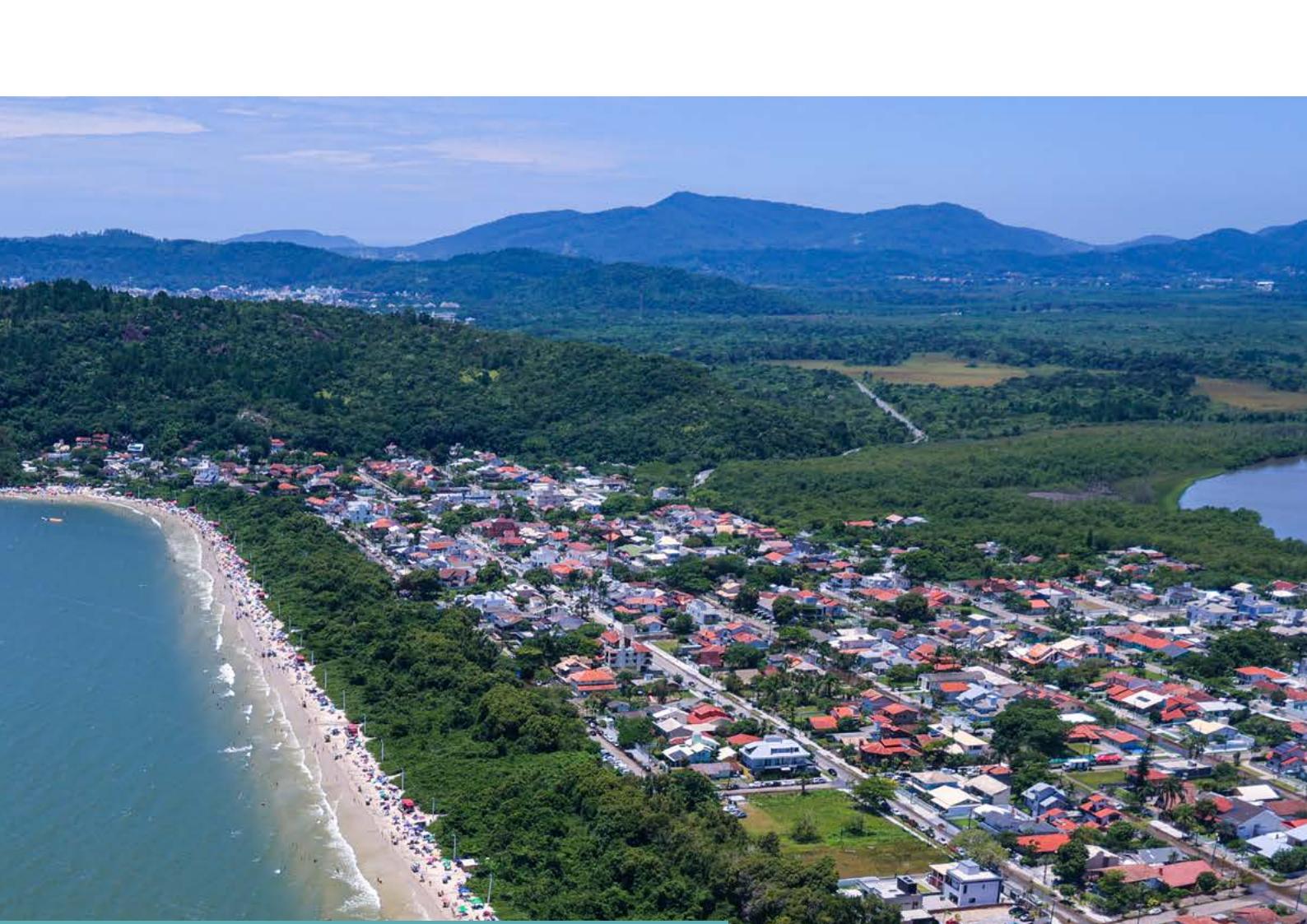
Jéssica Vasconcelos

Revisão

Micheline Guerreiro Krause

Projeto Gráfico e Diagramação

Cassiana Mendonça Pottmaier



**Duas décadas
de adensamento
econômico e
populacional em
Santa Catarina**





Sumário

Um olhar sob as associações municipais	6
As associações municipais e a evolução do PIB.....	10
As associações municipais e o crescimento populacional.....	14
PIB per capita	17
Perfil econômico das associações	18
Agropecuária.....	18
Indústria.....	19
Serviços.....	20
Administração Pública	20
Considerações finais.....	22
Referências	24

Um olhar sob as associações municipais

Santa Catarina é reconhecida por ser um estado multicultural, com desenvolvimento equilibrado e com uma economia diversificada e bem distribuída por todo o território. Modelo de desenvolvimento econômico e social, tornou-se um Estado de referência no país, tanto em competitividade produtiva quanto em qualidade de vida.

O Índice de Gini, que mede a desigualdade de renda, coloca o Estado como a unidade federativa com a melhor distribuição de renda do Brasil. Além disso, apresenta uma boa distribuição da população por todo o território, com diversos polos regionais e sem grandes metrópoles. É também o único Estado em que a capital não é a maior cidade.

Teorias do desenvolvimento consideram que a capacidade de cooperar socialmente depende de redes de relações, de normas de comportamento, de valores, de confiança e de canais de informação. Quando presentes em uma região, tornam possível a tomada de ações colaborativas e a habilidade de criar e de sustentar associações que resultam no benefício de toda comunidade.

Nesse contexto sociocultural foram criadas as Associações Municipais como uma estratégia para promover o desenvolvimento local e regional, entre os quais o desenvolvimento econômico. Buscavam-se estratégias para o assessoramento técnico ou para o estreitamento do relacionamento com a esfera estadual e o governo federal.

Essas associações em muito serviram para consolidar as identidades existentes nas regiões e legitimar tais delimitações. Elas têm como finalidade, portanto, a defesa de interesses comuns, de caráter político-representativo, assim como o assessoramento técnico, científico, educacional, cultural e social de seus associados.



Foto: Roberto Zacarias / SECOM-SC

MOTIVADORES DAS ASSOCIAÇÕES MUNICIPAIS



Desenvolvimento local e regional



Cooperação e associativismo



Defesa de interesses comuns



Fortalecimento de políticas públicas



Assessoramento técnico



Consolidação de identidades



Estreitamento de relacionamentos



Representação junto ao estado e nação



Protagonismo das prefeituras em SC

Dentro desse quadro, um dos possíveis motivos e vantagens relacionadas à adesão de um município a uma associação ou a um consórcio é, necessariamente, a possibilidade de aumentar seu poder de barganha na solicitação de recursos no nível federal. Certamente, seu funcionamento e protagonismo em muito contribuiu (e contribui) no processo endógeno de desenvolvimento de cada município, assim como do Estado como um todo.

As associações de municípios são entidades jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, com duração indeterminada e estatuto próprio, aprovado em assembleia geral. Os seus objetivos são promover o fortalecimento dos municípios como nível de governo e facilitar a prestação de serviços públicos, mediante a criação de

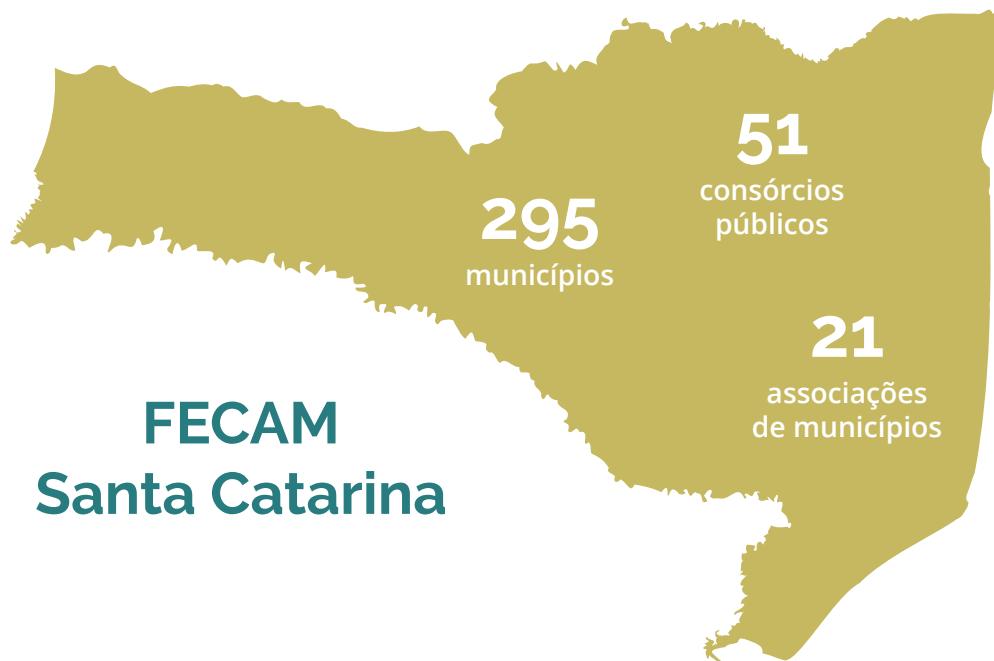
escalas populacionais, financeira, econômica e técnica. Essas escalas são essenciais para a prestação dos serviços em padrões adequados, principalmente no caso de pequenos municípios.

As associações de municípios de Santa Catarina estão entre as primeiras formadas no País, precedidas apenas pela criada em 1960, no Vale dos Sinos, no Rio Grande do Sul, com sede em Novo Hamburgo. Elas nasceram como resultado de uma construção social alicerçada na formação cultural de nosso Estado. Sob o pioneirismo de imigrantes estrangeiros e das gerações seguintes, propiciaram o desenvolvimento do associativismo e do cooperativismo. Surgiram, portanto, como uma forma de unir forças na busca pelo desenvolvimento regional.

A primeira delas, a Associação dos Municípios do Meio Oeste Catarinense (AMMOC), foi fundada em 1961. Nos anos seguintes, novas associações foram surgindo no Estado e se formando com sucessivas adequações. As últimas a serem formadas foram a Associação dos Municípios do Planalto Sul de Santa Catarina (AMPLASC) e a Associação de Municípios do Noroeste de Santa Catarina (AMNOROESTE), ambas em 1997.

Vale ressaltar que a criação dessas associações no estado catarinense deve-se, sobretudo, ao pioneirismo e à iniciativa dos prefeitos do meio oeste catarinense na década de 1960. Atualmente, todos os 295 municípios do Estado estão agrupados em uma das 21 associações.

Em 1980, foi criada a Federação de Consórcios, Associações de Municípios e Municípios de Santa Catarina (Fecam). Ela atua no sentido de impulsionar a gestão pública municipal, sob o posicionamento de “Fortalecer os Municípios para Fortalecer os Catarinenses” (Fecam, 2021). Além das 21 associações e 295 municípios, a Fecam congrega 51 consórcios públicos, que unem esforços e recursos para a cooperação e gestão compartilhada de serviços e políticas públicas.



Nas últimas décadas, no entanto, o Estado vem passando por significativas transformações, sejam elas demográficas, sociais, institucionais, tecnológicas, econômicas ou de infraestrutura. São muitos os desafios para garantir que esse modelo continue ordenado e gerando crescimento acelerado e bem equilibrado nas próximas décadas.

Observando-se a evolução recente do Produto Interno Bruto (PIB) e da população desses territórios, temos claramente um processo de concentração econômica e demográfica em curso, seja dentro dessas regiões ou entre elas. Esse processo precisa ser melhor entendido e considerado nas políticas públicas atuais e futuras, sob pena de termos territórios com alta densidade econômica e populacional e outros com vazios demográficos e escassas oportunidades de inclusão social e econômica.

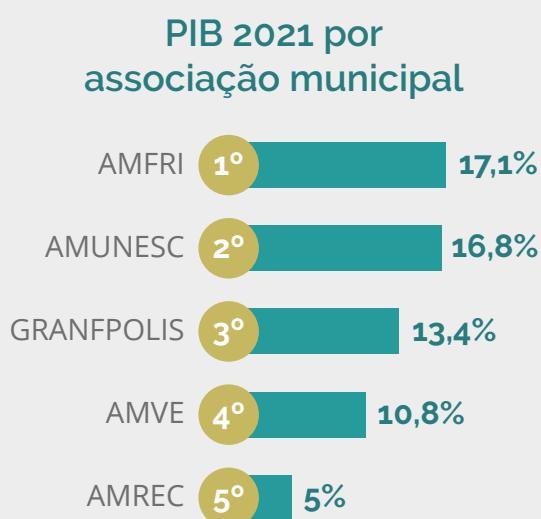
Tabela 1 – PIB e população, e suas respectivas participações no total do Estado, por Associação de Municípios de Santa Catarina, 2002 e 2021.

Associação municipal	Município referência	PIB (em R\$ mil)		PIB (Part.%)		População		População (Part.%)	
		2002	2021	2002	2021	2002	2021	2002	2021
AMFRI	Itajaí	4.166.189	73.292.598	7,6	17,1	420.215	747.720	7,6	10,2
AMUNESC	Joinville	8.363.341	72.060.974	15,4	16,8	654.408	893.188	11,8	12,2
GRANFPOLIS	Florianópolis	8.113.419	57.608.016	14,9	13,4	855.686	1.248.470	15,5	17,0
AMVE	Blumenau	7.185.442	46.363.848	13,2	10,8	561.454	820.484	10,2	11,2
AMREC	Criciúma	3.026.233	21.590.771	5,6	5,0	354.620	446.902	6,4	6,1
AMVALI	Jaraguá do Sul	2.843.847	19.585.219	5,2	4,6	196.755	321.894	3,6	4,4
AMOSC	Chapecó	2.261.778	18.685.408	4,2	4,4	238.278	320.950	4,3	4,4
AMUREL	Tubarão	2.144.596	16.042.104	3,9	3,7	312.306	374.693	5,6	5,1
AMAVI	Ituporanga	1.923.923	13.776.734	3,5	3,2	244.605	302.920	4,4	4,1
AMURES	Lages	2.069.029	12.451.812	3,8	2,9	290.777	287.549	5,3	3,9
AMARP	Caçador	1.912.061	12.183.867	3,5	2,8	200.650	230.286	3,6	3,1
AMPLANORTE	Mafra	1.761.681	10.460.120	3,2	2,4	219.216	242.145	4,0	3,3
AMAUC	Concórdia	1.320.770	8.904.430	2,4	2,1	139.228	148.354	2,5	2,0
AMEOESC	São Miguel do Oeste	1.167.988	8.536.196	2,1	2,0	157.005	171.306	2,8	2,3
AMAI	Xanxerê	1.403.283	7.667.326	2,6	1,8	136.401	158.213	2,5	2,2
AMMOC	Joaçaba	1.218.213	7.638.600	2,2	1,8	114.817	130.296	2,1	1,8
AMESC	Araranguá	1.181.594	7.033.743	2,2	1,6	164.614	206.347	3,0	2,8
AMERIOS	Maravilha	972.987	5.959.100	1,8	1,4	104.115	110.419	1,9	1,5
AMPLASC	Campos Novos	516.776	3.342.261	0,9	0,8	52.663	60.186	1,0	0,8
AMURC	Curitibanos	484.936	3.025.619	0,9	0,7	62.972	68.031	1,1	0,9
AMNOROESTE	São Lourenço do Oeste	443.810	2.362.141	0,8	0,6	46.922	48.120	0,8	0,7
Santa Catarina		54.481.893	428.570.889	100,0	100,0	5.527.707	7.338.473	100,0	100,0

Fonte: Elaborado pela SEPLAN-SC (2025), com base em Seplan/IBGE (2024); e IBGE - Estimativas da População (2024).

As associações municipais e a evolução do PIB

Apresentamos a evolução do PIB por associação de municípios ao longo da série histórica de 2002 a 2021, com este sendo o último ano com dados disponíveis. O objetivo é oferecer um panorama com os padrões de crescimento e a dinâmica econômica das 21 entidades.



O principal destaque nas comparações entre essas associações, no entanto, está no desempenho da AMFRI, que passou da quarta posição no PIB, com 7,6% de participação em 2002, para a primeira posição, com 17,1% em 2021. O conjunto de municípios daquela associação ganhou, portanto, 9,5 pontos percentuais (p.p.) de participação no período, um crescimento disparado entre todas as demais associações municipais. Além dessa, apenas a AMUNESC/Joinville e a AMOSC/Chape-

A AMFRI/Itajaí liderava em 2021, com participação de 17,1% na economia do Estado. O índice ficou ligeiramente acima da segunda colocada, a AMUNESC/Joinville, com 16,8%. Na sequência, a GRANFPOLIS, com 13,4% de participação, a AMVE/Blumenau, com 10,8% e a AMREC/Criciúma, com 5%.

Juntas, essas cinco maiores associações responderam por 63,2% do PIB estadual de 2021, sendo que em 2002 essas mesmas associações geravam 56,6% do total produzido.

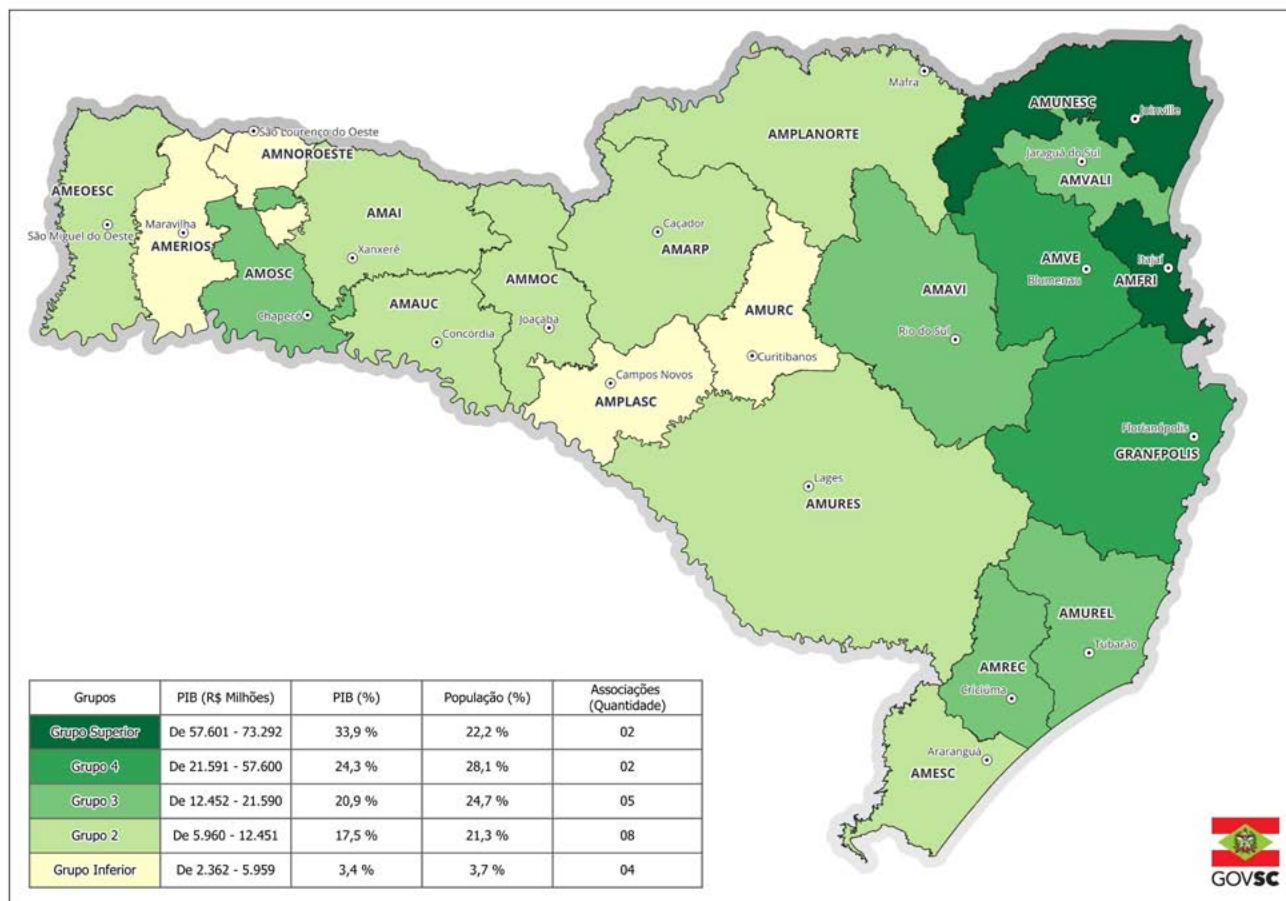
có ganharam participação, passando de 15,4% para 16,8% e de 4,2% para 4,4%, respectivamente, entre 2002 e 2021. Embora as demais não tenham deixado de crescer, todas perderam participação no PIB estadual.

Na outra ponta, as três regiões de menor participação no PIB estadual em 2021 são a AMPLASC/Campos Novos, com 0,8%, a AMURC/Curitibanos, com 0,7% e a AMNOROESTE/São Lourenço do Oeste, com 0,6%.

A região que mais perdeu participação no PIB estadual nessas duas décadas foi a AMVE/Blumenau, que passou de 13,2% para 10,8% no período observado (-2,4 p.p.). Na sequência, a AMURES/Lages registrou perda de -0,9 p.p., enquanto a AMPLANORTE/Mafra e a AMAI/Xanxerê tiveram perda de 0,8 p.p. cada.

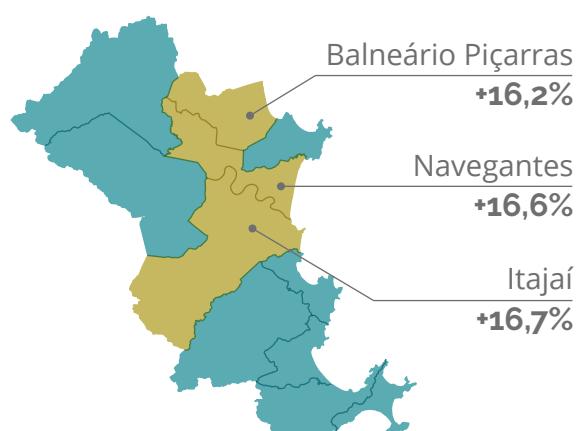
As visualizações apresentadas neste estudo dividem o Estado em cinco grupos e ilustram o status da concentração econômica e demográfica. No grupo superior estão as associações municipais de maior PIB.

Figura 1 – PIB por associação municipal em Santa Catarina (2021)



Fonte: Elaborado pela SEPLAN-SC, Diretoria de Desenvolvimento: Gerência de Cartografia e Integração Territorial (2025), com base em Seplan-SC/IBGE (2024). Delimitação regional conforme a Fecam (2021).

O conjunto dos municípios da AMFRI apresentou a maior taxa média de crescimento econômico nominal no período analisado, absorvendo a grande parte da expansão econômica do Estado. Em média, cresceram 15,4%, tendo os maiores destaques os municípios de Itajaí (+16,7%), Navegantes (+16,6%) e Balneário Piçarras (+16,2%). A taxa média de crescimento de Santa Catarina no período foi 10,9%.



A região da AMUNESC/Joinville teve crescimento médio nominal de 11,4%. Entre os municípios da região, Araquari teve a maior taxa média de crescimento do PIB entre 2002 e 2021, de 23,3%, seguido por Itapoá (17,3%) e Garuva (16,7%). Já São Francisco do Sul e Joinville registraram crescimento médio de 14,6% e 10,4%, respectivamente.

Na região da AMOSC, que cresceu 11,1%, o maior crescimento médio foi em Arvoredo (14,2%), seguido por Águas Frias (13,1%). O município de Chapecó cresceu 11,7%. Observa-se, no entanto, uma discrepância nas taxas de crescimento entre os 20 municípios que compõem a associação.

A Grande Florianópolis, por sua vez, cresceu em uma média de 10,3%. O maior crescimento na região foi no município da

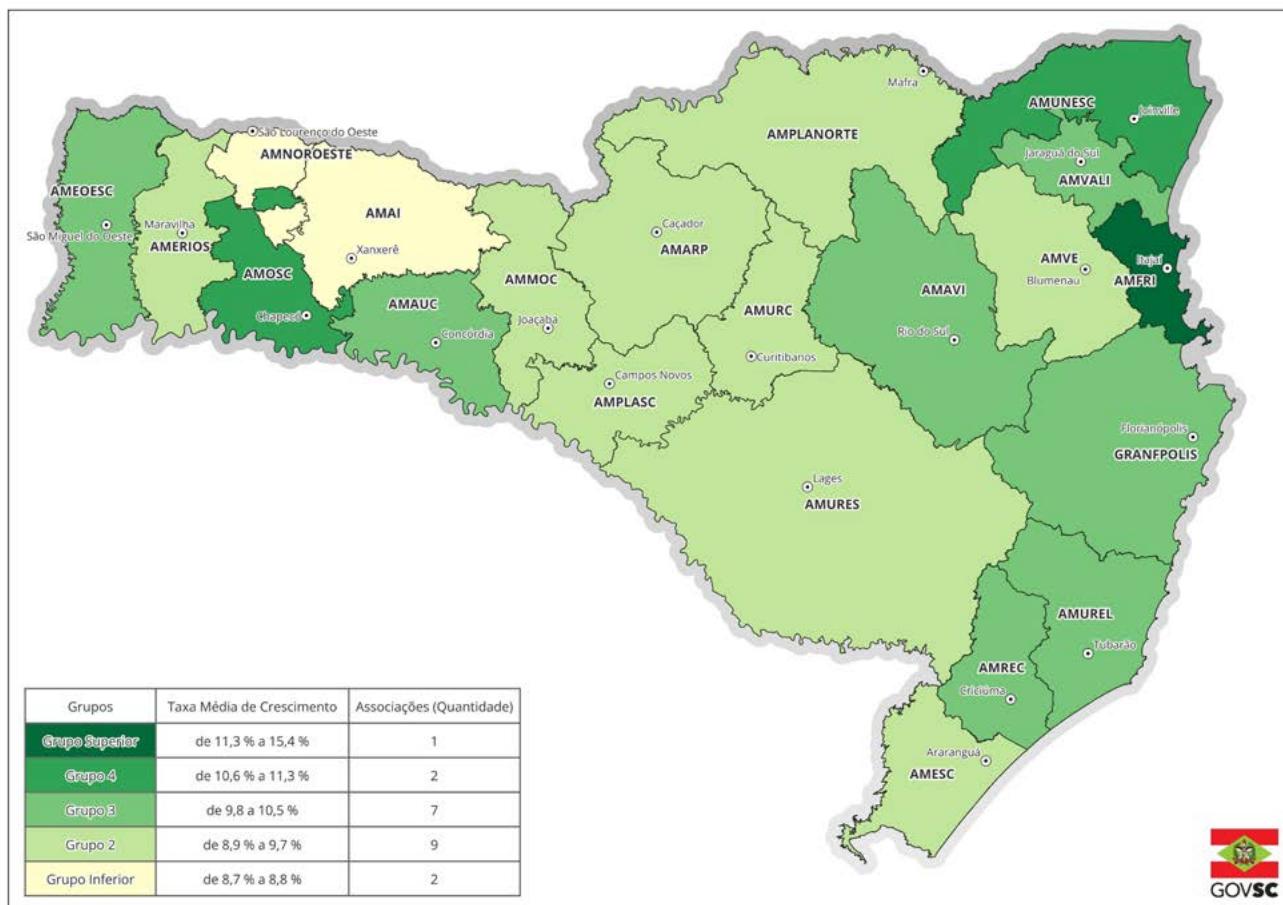
Palhoça, com expressivos 14,3%, seguido por Tijucas (+13%) e Garopaba (+12,7%). O Município de São José cresceu 11,1% e o de Florianópolis 8,8%.

Já os menores crescimentos ocorreram na AMNOROESTE/São Lourenço do Oeste (8,7%), na AMAI/Xanxerê (8,9%) e na AMPLANORTE/Mafra (9,3%). Observa-se nessas associações municipais uma disparidade nas taxas de crescimento. Na AMNOROESTE, por exemplo, enquanto o município de Galvão teve uma média de crescimento de 3,9%, o município de São Lourenço do Oeste cresceu 11%. Na região da AMAI, Bom Jesus cresceu 12,5%, Xanxerê, 9,8%, e Xaxim 9,5%, enquanto Marema cresceu 4,6%. Na AMPLANORTE, o maior crescimento foi em Três Barras (+ 11,9%) e o menor em Bela Vista do Toldo (7,3%).



Foto: Eduardo Valente / SECOM-SC

Figura 2 – Taxa média de crescimento do PIB por associação municipal (2002-2021)



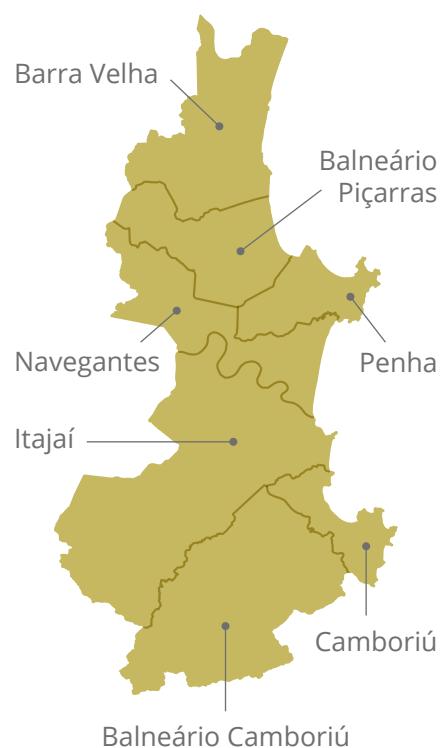
Fonte: Elaborado pela SEPLAN-SC, Diretoria de Desenvolvimento: Gerência de Cartografia e Integração Territorial (2025), com base em IBGE (2016; 2024) e Seplan-SC/IBGE (2024). Delimitação regional conforme a Fecam (2021).

Em outro recorte regional, a concentração urbana de Itajaí-Balneário Camboriú apresentou uma densidade de R\$ 71,8 milhões por quilômetro quadrado em 2021. Esse estudo sobre a densidade econômica foi realizado pelo IBGE, tendo como critério o PIB ponderado pela área territorial. O recorte abrangeu sete municípios, sendo eles Balneário Camboriú, Balneário Piçarras, Barra Velha, Camboriú, Itajaí, Navegantes e Penha.

Foi a concentração urbana com maior densidade econômica em Santa Catarina e a 6ª maior do Brasil. Além disso, foi a 4ª maior em regiões interioranas do País e a maior fora do eixo Rio-São Paulo. Em 2018, essa região tinha a 8ª maior densidade econômica do País, registrando um aumento da concentração econômica desses municípios também em nível nacional.

Essa dinâmica econômica vem se refletindo nos movimentos populacionais, nos quais se observa um claro adensamento na faixa litorânea, onde a região da AM-FRI também se destaca.

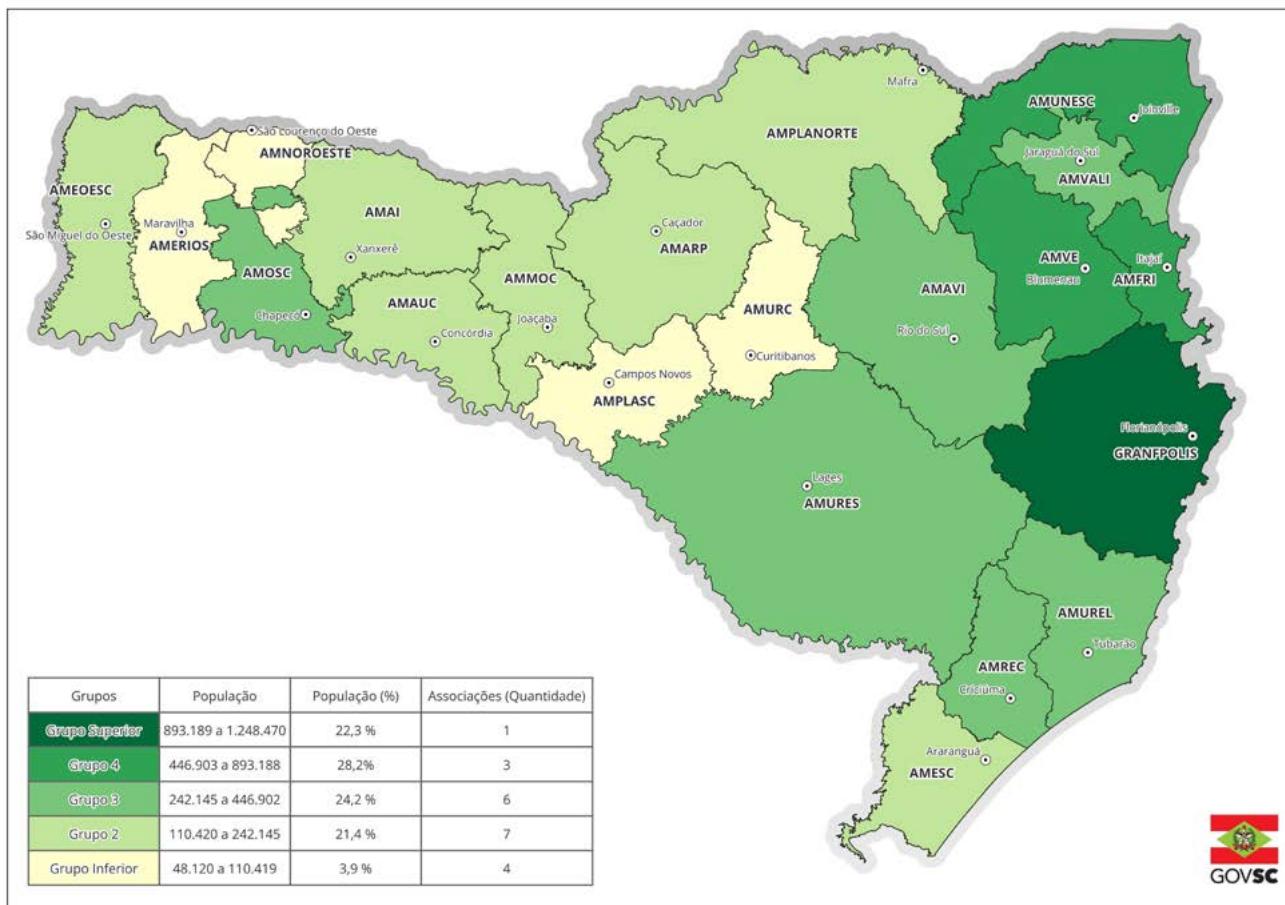
Maior PIB ponderado por área territorial



As associações municipais e o crescimento populacional

A GRANFPOLIS segue como a maior em população, com 17% do total estadual em 2021 (frente a 15,5% em 2002). Na sequência, destacam-se a AMUNESC/Joinville, que passou de 11,8% para 12,2% e a AMVE/Blumenau, que foi de 10,2% para 11,2%.

Figura 3 – População por associação municipal em Santa Catarina (2021)



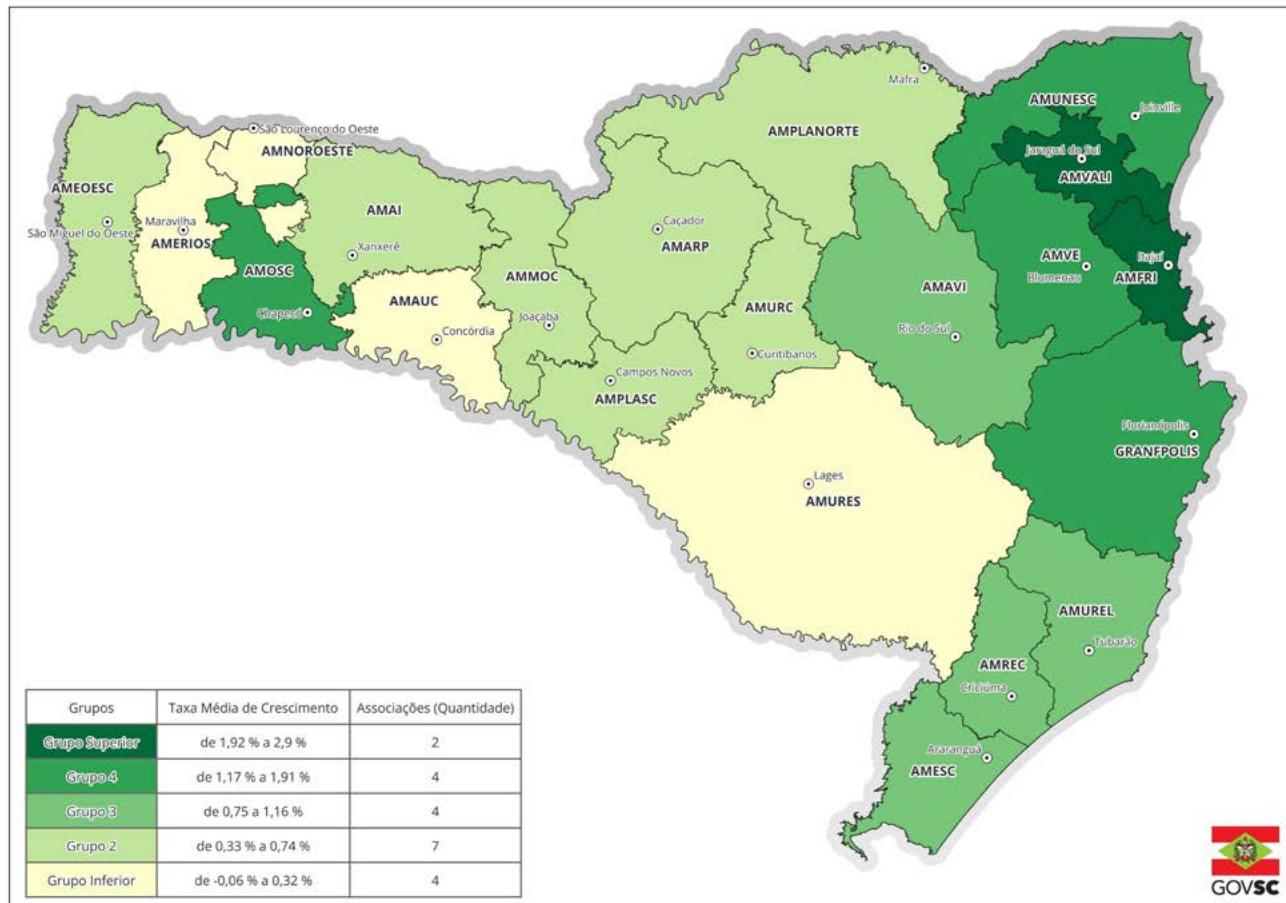
Fonte: Elaborado pela SEPLAN-SC, Diretoria de Desenvolvimento: Gerência de Cartografia e Integração Territorial (2025), com base em Seplan-SC/IBGE (2024). Delimitação regional conforme a Fecam (2021).

Foram seis as associações de municípios que aumentaram a participação na população estadual nesse período, sendo que a AMFRI/Itajaí foi a que mais adensou, passando de 7,6% em 2002 para 10,2% em 2021, um aumento de 2,6 p.p. no período. Na sequência, por ordem de aumento na participação, estão a GRANFPOLIS (+1,5 p.p.), a AMVE/Blumenau (+1 p.p.), a AMVALI/Jaraguá do Sul (+0,8 p.p.), a AMUNESC /Joinville (+0,3 p.p.) e a AMOSC/Chapecó (+0,1 p.p.). Ou seja, todas as regiões que ganharam participação, com exceção da AMOSC, estão situadas na faixa litorânea ou muito próximas a ela. As seis concentravam 59,3% da população estadual em 2021, sendo que em 2002 concentravam 52,9%.

Em termos absolutos, a GRANFPOLIS foi a associação que mais teve aumento populacional (+392,7 mil habitantes), seguida por AMFRI (+327,5 mil), AMVE (259 mil), AMUNESC (238,8 mil) e AMVALI (125,1 mil).

A AMURES/Lages foi a que mais perdeu participação (-1,3 p.p.), seguida pela AMPLANORTE/Mafra, com uma perda de 0,7 p.p. A AMUREL/Tubarão, a AMEOESC/São Miguel do Oeste, a AMAUC/Concórdia e a AMARP/Caçador tiveram redução de 0,5 p.p. na participação na população estadual. Note-se que a AMURES foi a única associação municipal que perdeu população também em termos absolutos, com 3.228 habitantes a menos.

Figura 4 – Taxa média de crescimento da população por associação municipal (2002-2021)



Fonte: Elaborado pela SEPLAN-SC, Diretoria de Desenvolvimento: Gerência de Cartografia e Integração Territorial (2025), com base em IBGE (2016; 2024) e Seplan-SC/IBGE (2024). Delimitação regional conforme a Fecam (2021).

A maior taxa média de crescimento populacional entre 2002 e 2021, portanto, se deu na região da AMFRI/Itajaí, de 2,9%. Na sequência, a AMVALI/Jaraguá do Sul, com crescimento de 2,5%, a AMVE/Blumenau e a GRANFPOLIS, ambas com 1,9% e a AMUNESC/Joinville com 1,6%. A média estadual no período foi 1,4% ao ano.

Observando-se os municípios isoladamente, temos que Florianópolis foi o que mais ganhou população entre 2002 e 2021 (+155.923 habitantes). Na sequência, Joinville (+150.942), Blumenau (+94.135), Itajaí (+73.260), Chapecó (+73.134) e São José (+72.305).

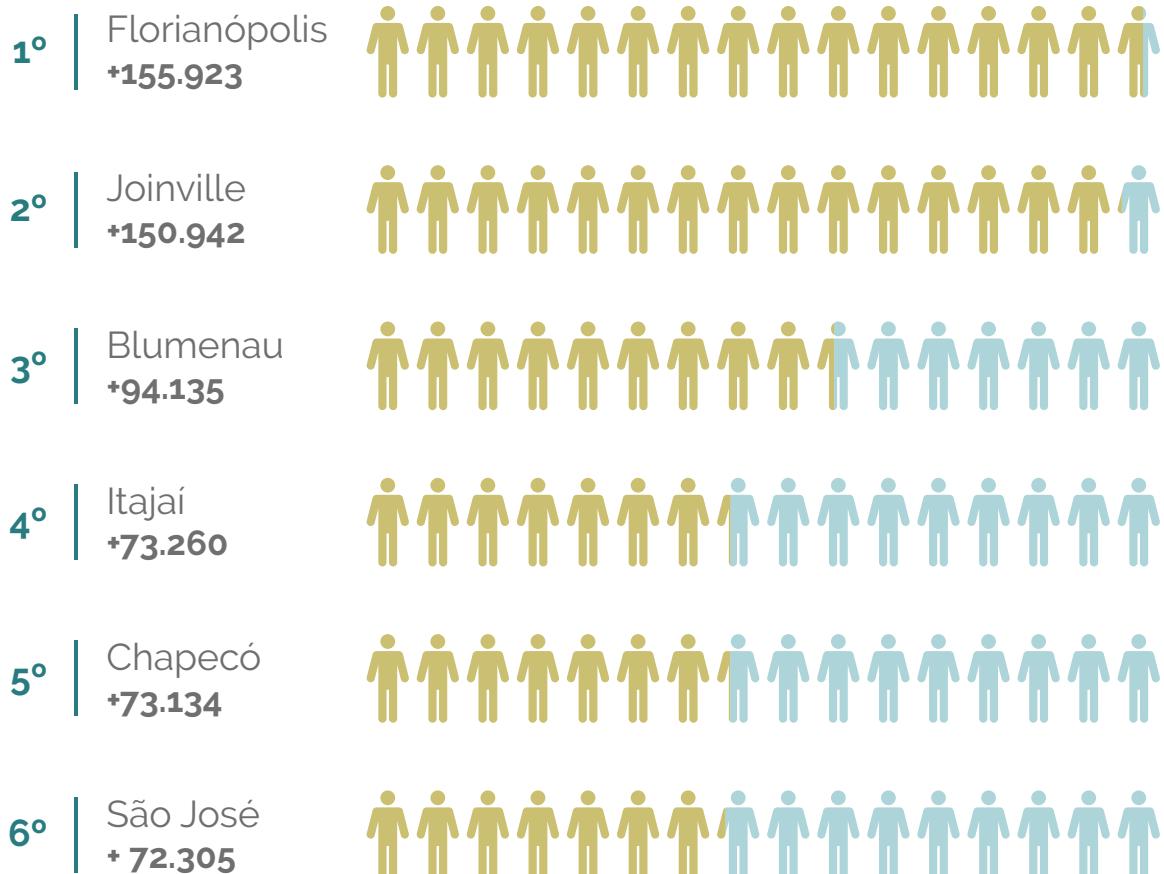


Por outro lado, temos 90 municípios que perderam população entre 2002 e 2021. Isso corresponde a 30% dos municípios catarinenses, a grande maioria nas associações municipais do Oeste, Região Serrana e Planalto Norte. Entre os municípios de maior população, destaque em perda populacional para Lages (-3.613) e Laguna (-1.713). Entre todos, o município que mais perdeu população foi Correia Pinto (-4.697).

Se considerarmos ainda as cinco maiores associações em PIB, todas situadas na faixa litorânea, temos uma concentração de 63,2% do PIB estadual em 2021, em comparação a 56,6% em 2002. Em relação aos dados populacionais, essas regiões concentravam 56,6% da população estadual em 2021, em comparação a 51,5% em 2002.

Municípios com maior crescimento

em número de habitantes (2002-2021)



PIB per capita

A Associação de maior PIB per capita em 2021 foi a AMFRI/Itajaí, com R\$ 98.021, seguida pela AMUNESC/Joinville com R\$ 80.678 e a AMVALI/Jaraguá do Sul com R\$ 60.844, todas acima da média estadual de R\$ 58.401. Já o menor PIB per capita foi o da AMESC/Araranguá, com R\$ 34.087.

Enquanto a região da AMFRI (Itajaí) tinha um PIB per capita de apenas 0,6% acima da média estadual em 2002, essa diferença cresceu para 67,8% em 2021. A AMUNESC/Joinville tinha um PIB per capita de 29,7% acima da média estadual em 2002 e passou para 38,2% em 2021. Já a região da AMVALI/Jaraguá do Sul passou de 46,7% acima da média estadual em 2002 para 4,2% acima da média em 2021. Das 21 associações regionais, 16 delas tinham o PIB per capita menor que a média estadual em 2021. Em 2002 eram 15 delas.

Maiores PIB per capita em 2021

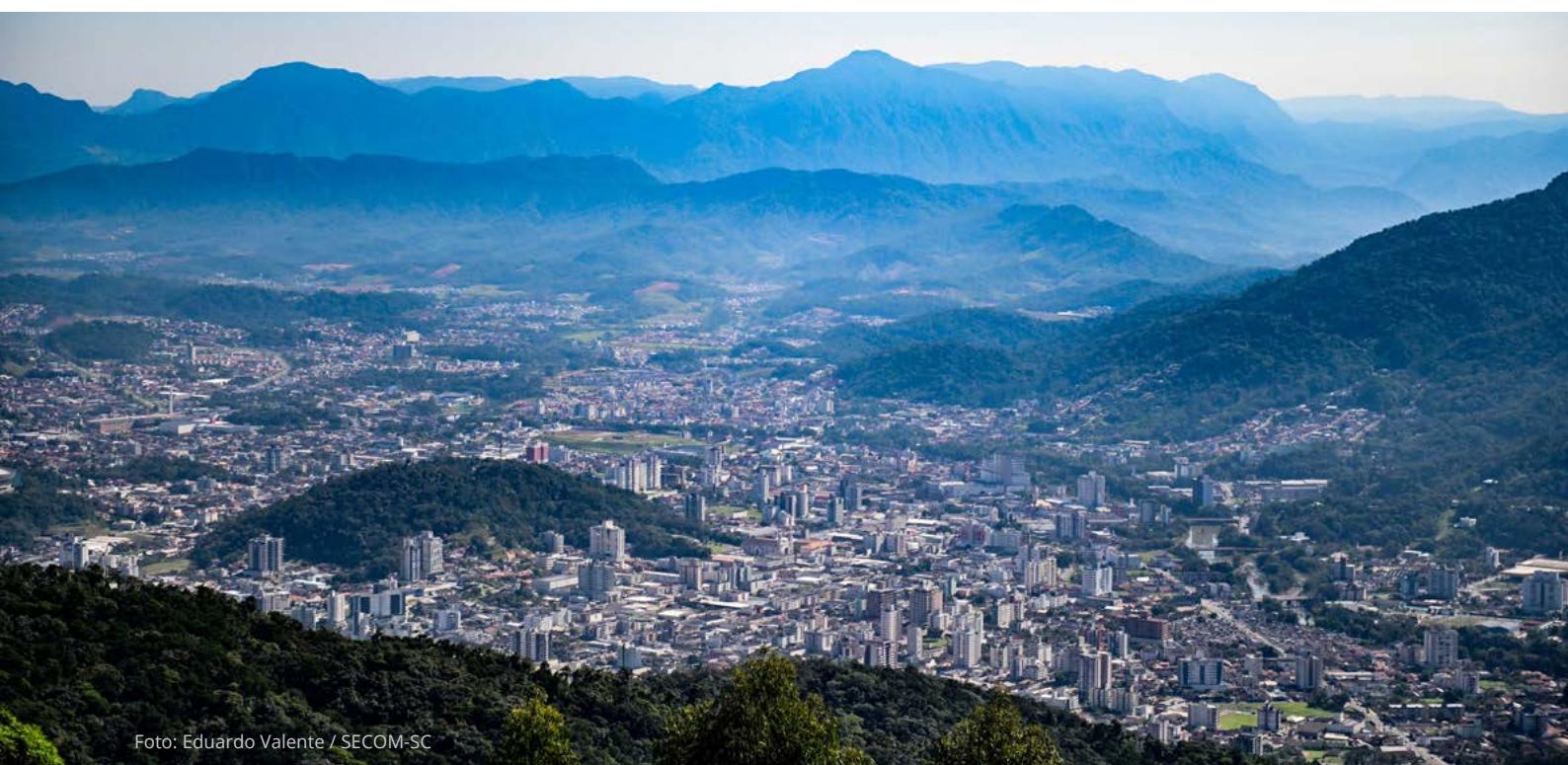
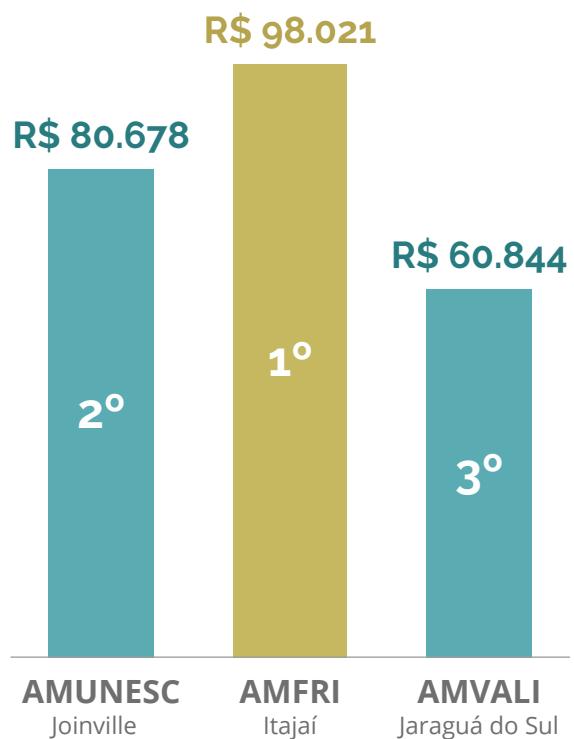


Foto: Eduardo Valente / SECOM-SC

Perfil econômico das associações

Uma breve análise do perfil produtivo das associações municipais de Santa Catarina evidencia o processo de concentração nas atividades de serviços e uma perda relativa de participação da indústria e da agropecuária na produção estadual.

Também se torna evidente a concentração da produção nas regiões litorâneas, notadamente entre a Grande Florianópolis e o Litoral Norte.

A seguir, apresentamos uma análise dos principais destaques da evolução da atividade produtiva em Santa Catarina nas duas últimas décadas.



Agropecuária

A agropecuária respondeu por 6,7% do PIB catarinense em 2021, sendo que em 2002 esse percentual era de 10,3%. Em 2021, as associações municipais que tiveram maior participação da agropecuária no PIB regional foram a AMPLASC/Campos Novos, com 22,7%, a AMERIOS/Maravilha, com 21,4% e a AMURES/Lages, com 21%. Em 2002, as maiores participações foram registradas na AMPLASC/Campos Novos, com 35,6%, seguida por AMAUC/Concórdia, com 30,6% e AMAI/Xanxerê, com 28,7%.

Em 2021, as maiores contribuições à produção agropecuária estadual tiveram origem na AMURES/Lages, que respondeu por 10,2% da agropecuária estadual, seguida pela AMPLANORTE/Mafra, com 8,5% e AMAVI/Rio do Sul, com 8,1% do total agropecuário. Em 2002, a maior contribuição era da AMAVI/Ituporanga, que respondia por 7,8%, seguida pela AMAI/Xanxerê e AMPLANORTE/Mafra, ambas com 7,5% do valor adicionado total da agropecuária.

Observa-se, em 2021, que 51% do valor adicionado bruto da agropecuária catarinense estava concentrado em sete associações municipais, das quais cinco estavam situadas no grande oeste, uma no litoral (AMUREL/Tubarão) e a outra no Alto Vale do Itajaí (AMAVI/Rio do Sul). Em 2002, essas mesmas associações respondiam por 46,1% do valor adicionado pela agropecuária estadual.

Indústria

A indústria total respondeu por 27,5% do PIB catarinense em 2021, enquanto esse percentual era de 31,2% em 2002. Em 2021, as associações municipais que tiveram maior participação da indústria na sua produção econômica foram a AMUNESC/Joinville (39,3%), AMVALI/Jaraguá do Sul (38%) e AMARP/Caçador (35,8%). Em 2002, as maiores participações foram registradas pela AMVALI/Jaraguá do Sul (48,6%), seguida por AMUNESC/Joinville (46,7%) e AMVE/Blumenau (41,7%).

Em 2021, as maiores contribuições à produção industrial estadual tiveram origem na AMUNESC/Joinville, responsável por 22,5% do total, seguida pela AMVE/Blumenau (14%) e pela AMFRI/Itajaí (8,1%). Em 2002, por sua vez, a AMUNESC respondia por 23% do valor adicionado da indústria estadual, seguida pela AMVE (17,3%) e AMVALI/Jaraguá do Sul (8,1%).

Observa-se, em 2021, que 52% do valor adicionado bruto da indústria catarinense era concentrado em quatro associações municipais, todas situadas na faixa litorânea, sendo elas AMUNESC/Joinville, AMVE/Blumenau, AMFRI/Itajaí e GRANFPOLIS. Em 2002, essas mesmas associações respondiam por 52,9% do valor adicionado pela indústria estadual. No entanto, em 2002 as maiores contribuições eram da AMUNESC/Joinville, AMVE/Blumenau, AMVALI/Jaraguá do Sul e GRANFPOLIS, que juntas respondiam por 56,2% da produção industrial do Estado.

Observa-se, portanto, um nível de concentração maior que o verificado na Agropecuária. No outro extremo, nota-se que oito associações de municípios com as menores participações na produção industrial em 2021 responderam por 10,8% do valor adicionado pela indústria no Estado.



Serviços

Os Serviços responderam por 53,8% do PIB catarinense em 2021, excetuando-se Administração, defesa, educação e saúde pública e seguridade social. As associações municipais que tiveram maior participação dos serviços na sua produção econômica foram AMFRI/Itajaí (71,8%), GRANFPOLIS (67,7%) e AMOSC/Chapecó (52,9%). Em 2002, o percentual do PIB de serviços era de 45,3%, com as maiores participações sendo registradas em GRANFPOLIS (63,7%), AMFRI/Itajaí (62,6%) e na AMOSC/Chapecó (46,3%).

Em 2021, as maiores contribuições na produção de serviços estaduais tiveram origem na AMFRI/Itajaí, que respondeu por 18,4% do valor adicionado dos serviços estaduais, seguida pela GRANFPOLIS (17,3%) e pela AMUNESC (14,7%). Em 2002, GRANFPOLIS respondia por 19,7% do total, seguida pela AMUNESC/Joinville (13,8%) e pela AMVE/Blumenau (13,1%).

Observa-se, em 2021, que 50,4% do valor adicionado bruto dos serviços em Santa Catarina estava concentrado em três associações municipais, todas na faixa litorânea, sendo elas AMFRI, GRANFPOLIS e AMUNESC. Em 2002, essas mesmas associações respondiam por 43,9% do valor adicionado pelos serviços no Estado. No entanto, naquele ano, as maiores contribuições eram da GRANFPOLIS, da AMUNESC e da AMVE.

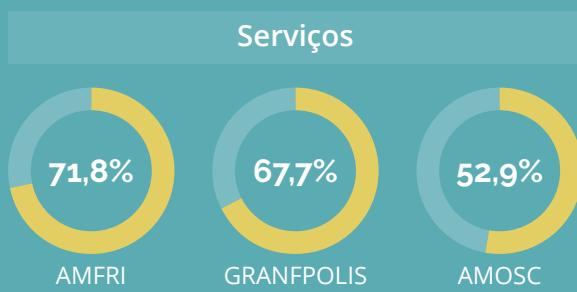
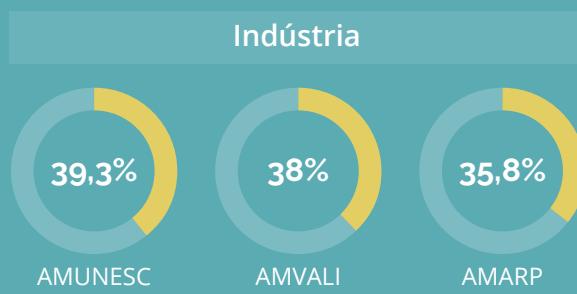
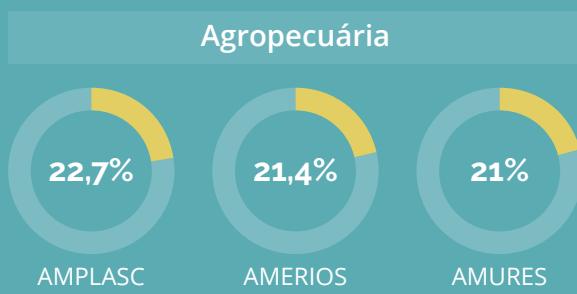
Verifica-se, portanto, um nível de concentração ainda maior dos serviços que o verificado na indústria. No outro extremo, nota-se que oito associações de municípios com as menores participações na produção de serviços em 2021 responderam por 9,5% do valor adicionado pelos serviços.

Administração Pública

A atividade da Administração, defesa, educação e saúde pública e seguridade social respondeu por 12,1% do PIB estadual em 2021. Nesse ano, as maiores participações foram registradas na AMESC/Araranguá (16,4%), na AMURES/Lages (14,8%) e na GRANFPOLIS (14,8%). Em 2002, respondia por 13,3%, tendo a maior participação de AMUREL/Tubarão (17,2%), AMURES/Lages (17,1%) e da AMESC/Araranguá (16,1%).

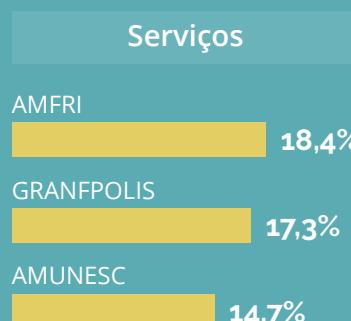
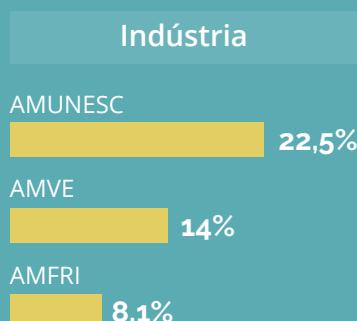
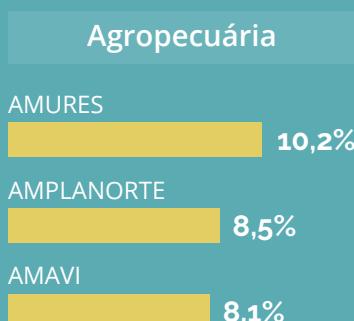
Observa-se, em 2021, que 51,7% do valor adicionado bruto da administração pública catarinense estava concentrado em quatro associações municipais, todas na faixa litorânea, sendo elas GRANFPOLIS, AMUNESC, AMFRI e AMVE. Em 2002, essas mesmas associações respondiam por 46,7% do valor adicionado pela administração pública no Estado.

Participação no PIB regional (2021)



*Administração, defesa, educação e saúde públicas e segurança social

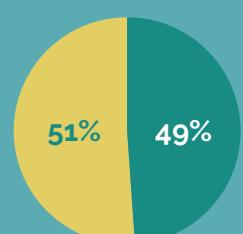
Maiores contribuições no PIB em SC



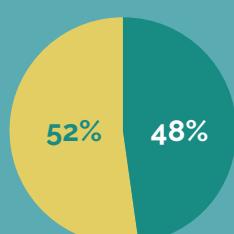
Concentração do PIB bruto em SC

por associação municipal

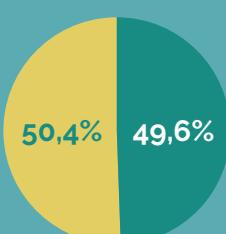
Agropecuária



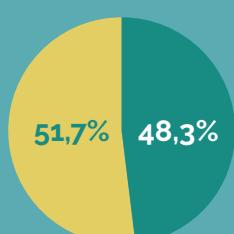
Indústria



Serviços



Adm. Pública



Considerações finais

O processo de desenvolvimento econômico passa por ganhos de escala e escopo, onde as aglomerações de empresas visam complementaridades em infraestrutura, conhecimento e logística, redução de custos, entre outras, em busca por competitividade. Essa é uma tendência mundial.

Mas essa dinâmica precisa ser monitorada e atentamente contemplada no desenho das políticas públicas, sob pena de Santa Catarina perder o status de um Estado com desenvolvimento equilibrado, que ostenta uma distribuição econômica e de renda menos concentrada, além de uma população relativamente bem distribuída por todo o território.

É preciso concentrar esforços para que zonas de alta concentração e adensamento econômico sejam providas de infraestrutura, de conhecimento técnico e de logística, para que possam avançar com sustentabilidade. Tal medida é fundamental para evitar a estagnação e o adensamento de espaços urbanos ocupados por estratos populacionais excluídos do processo produtivo. Não somente daqueles que migram de outras regiões em busca de oportunidades, mas também das populações nativas.

Um rápido e descontrolado adensamento populacional pode ocasionar diversos problemas urbanos relacionados à infra-

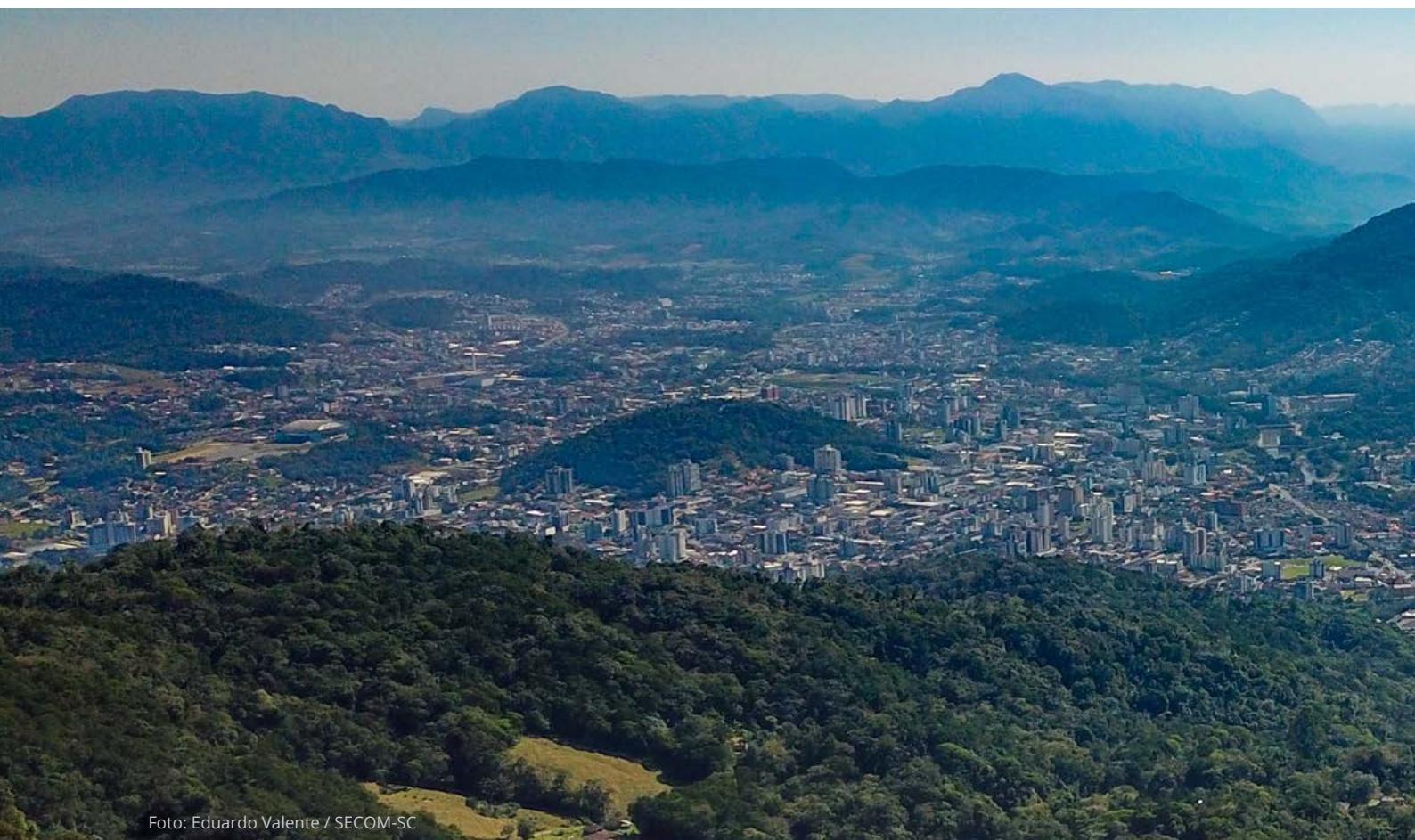


Foto: Eduardo Valente / SECOM-SC

estrutura habitacional e de transportes, ao saneamento básico, aos transportes públicos e à segurança pública, entre outros. O contexto exige muitos investimentos em educação e qualificação profissional, para inserir essas populações de forma sustentável em novos espaços urbanos e produtivos.

Por outro lado, é preciso evitar que as regiões emissoras de população se tornem lugares estagnados e sem perspectivas de desenvolvimento. Santa Catarina precisa manter e aprofundar sua condição de Estado equilibrado, social e economicamente. Lembrando sempre que é fundamental colocar o desenvolvimento humano

no centro de qualquer tipo de política de desenvolvimento, particularmente do desenvolvimento econômico.

A capacidade de cooperar socialmente é uma construção coletiva e histórica do catarinense. Superar desafios e buscar oportunidades na realidade presente e futura, por meio do fortalecimento das bases associativas, pode ser um atalho no processo de desenvolvimento e de melhoria permanente na qualidade de vida para todos. Nossas associações municipais têm um grande papel nesse processo.

Paulo Zoldan

Economista



Referências

FECAM. Federação de Consórcios, Associações de Municípios e Municípios de Santa Catarina. **Conheça a Instituição: Quem Somos.** Florianópolis: Fecam, 2021. Disponível em: <https://www.fecam.org.br/conheca-a-instituicao/historia-fecam/>.

FECAM. Federação de Consórcios, Associações de Municípios e Municípios de Santa Catarina. **Municipalismo: Associações de Municípios**, 2021. Florianópolis: Fecam, 2021. Disponível em: <https://www.fecam.org.br/associacoes/>.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades e Estados**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sc.html>.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Diretoria de Pesquisas - Coordenação de População e Indicadores Sociais - COPIS. **Estimativas da população. Estimativas das populações residentes em 01.07.2002**, segundo os municípios. Última modificação: 17/08/2016. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2002/.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Diretoria de Pesquisas - Coordenação de População e Indicadores Sociais - COPIS. **Estimativas da população. Tabelas - 2021**. Estimativas da população residente no Brasil e Unidades da Federação com data de referência em 1º de julho de 2021. [...] atualizadas e enviadas ao TCU após a publicação no DOU. 24/06/2024. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2021/POP2021_20240624.pdf.

SEPLAN. Secretaria de Estado do Planejamento. Indicadores e Boletins Econômicos: **PIB Municipal**. Florianópolis: Governo do Estado de Santa Catarina, 2024. Disponível em: <https://www.seplan.sc.gov.br/indicadores-e-boletins-economicos/>.





Veja como referenciar esta publicação:

SEPLAN. Secretaria de Estado do Planejamento do Governo de Santa Catarina. **Adensamento econômico e populacional: Um olhar regional em Santa Catarina.** Florianópolis: Governo do Estado de Santa Catarina, 2025.

Foto: Eduardo Valente / SECOM-SC



GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA



Jorginho Mello
Governador



Marilisa Boehm
Vice-governadora



SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO (SEPLAN)



Fabricio Oliveira
Secretário



Lucas Amancio
Secretário Adjunto

DIRETORIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS (DIPP)

Samires Felipe
Diretora de Políticas Públicas

Pietro Caldeirini Aruto
Gerente de Avaliação e
Monitoramento de Políticas Públicas

Renato Souza Tristão
Gerente de Indicadores e Dados de Governo

Paulo Zoldan
Gerente de Informações Estratégicas

Daniele Cristina Knihs
Apoio Técnico

Isadora Varela Silva
Apoio Administrativo

Especialistas FAPESC
Cassiana Mendonça Pottmaier
Jean Samuel Rosier
Jéssica Gomes Lima
Luciana Camargo Castro
Micheline Guerreiro Krause



Foto: Eduardo Valente / SECOM-SC

Secretaria de Estado do Planejamento
Diretoria de Políticas Públicas

✉ politicas.publicas@seplan.sc.gov.br
✉ [/seplan.sc](https://www.facebook.com/seplan.sc)
🌐 www.seplan.sc.gov.br



Centro Administrativo do Governo
Rod. SC 401 – Km 15, nº 4.600
88032-900 – Saco Grande, Florianópolis/SC

📞 +55 (48) 3665-1400
✉ [/GovernoSC](https://www.facebook.com/GovernoSC)
🌐 www.sc.gov.br